

VPORTS Autoridade Portuária S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
condensadas período findo de 30 de junho de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas	3
Balanços patrimoniais condensados	7
Demonstrações condensadas do resultado	8
Demonstrações condensadas do resultado abrangente	9
Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa	11
Demonstrações condensadas do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias da VPORTS Autoridade Portuárias S.A

Aos Conselheiros e Diretores do
Vports Autoridade Portuária S.A.
Vitória - ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas da **VPORTS Autoridade Portuárias S.A** (“Vports”) em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Vports é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, em 30 de junho de 2024, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2023 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 7 de março de 2024 sem modificação. As demonstrações financeiras intermediárias condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 8 de agosto de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Vitória, 9 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Balancos Patrimoniais condensados Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	123.435	162.686	Fornecedores	14	24.284	18.528
Contas a Receber de Clientes	4	28.776	14.313	Adiantamentos de Clientes - Contas a Receber	4	3.377	789
Estoques		-	435	IRPJ e CSLL a Recolher	15	8.132	3.948
IRPJ e CSLL a Recuperar	6	13.844	4.584	Obrigações Tributárias	15	4.161	3.563
Tributos a Recuperar	6	3.645	3.768	Salários e Encargos	16	8.142	11.714
Despesas Antecipadas	7	1.323	7.209	Arrendamento Mercantil	17	273	261
Outros Créditos	8	3.492	972	Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	2.000	2.000
Direito de Outorga Cedido - Circulante	22	33.183	30.867	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	10.713	9.712
Total do ativo circulante		207.698	224.834	Obrigações com Poder Concedente	20	12.214	23.497
				Benefício Pós Emprego	21	1.680	1.676
				Direito de Outorga Cedido - Circulante	22	33.183	30.867
				Outras Contas a Pagar	23	3.646	4.584
				Total do Passivo Circulante		111.805	111.139
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos Judiciais	9	17.920	25.837	Arrendamento Mercantil	17	3.369	3.509
Impostos Diferidos	10	47.324	61.023	Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	17.000	18.000
Outros Créditos	11	1.957	2.002	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	72.091	74.596
Direito de Outorga Cedido - Não Circulante	22	30.148	28.044	Benefício Pós Emprego	21	31.994	44.220
Investimentos		2	2	Provisão para Processos Judiciais	24	30.869	51.560
Imobilizado	12	37.119	31.711	Obrigações com Poder Concedente	20	190.484	177.659
Intangível	13	680.703	614.865	Direito de Outorga Cedido - Não Circulante	22	30.148	28.044
Total do ativo não circulante		815.173	763.484	Outras Contas a Pagar	25	7.027	6.975
				Total do Passivo não Circulante		382.982	404.563
				Total do Passivo Circulante e Não Circulante		494.787	515.702
Total do Ativo		1.022.871	988.318	Patrimônio líquido			
				Capital Social	26.1	568.621	568.621
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.3	17.500	7.228
				Prejuízos Acumulados	26.4	(58.037)	(103.233)
				Total do Patrimônio Líquido		528.084	472.616
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.022.871	988.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações condensadas do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Receita Operacional Líquida	27	<u>211.549</u>	<u>108.380</u>	<u>125.176</u>	<u>54.996</u>
Custo dos Serviços Prestados	28	<u>(132.711)</u>	<u>(59.190)</u>	<u>(80.422)</u>	<u>(29.973)</u>
Lucro Bruto		<u>78.838</u>	<u>49.190</u>	<u>44.754</u>	<u>25.023</u>
Receitas/(Despesas) Operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas	28	<u>(27.806)</u>	<u>(36.733)</u>	<u>(13.476)</u>	<u>(18.685)</u>
Outras Receitas e Despesas, líquidas	29	<u>17.626</u>	<u>(46.474)</u>	<u>15.906</u>	<u>(9.679)</u>
Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		<u>68.658</u>	<u>(34.017)</u>	<u>47.184</u>	<u>(3.341)</u>
Resultado financeiro					
Receitas Financeiras	30	<u>10.490</u>	<u>8.794</u>	<u>4.975</u>	<u>4.828</u>
Despesas Financeiras	30	<u>(12.120)</u>	<u>(12.685)</u>	<u>(5.272)</u>	<u>(4.668)</u>
Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>67.028</u>	<u>(37.908)</u>	<u>46.887</u>	<u>(3.181)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	10	<u>(8.132)</u>	<u>-</u>	<u>(4.336)</u>	<u>-</u>
Diferidos	10	<u>(13.700)</u>	<u>10.584</u>	<u>(10.003)</u>	<u>3.850</u>
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período		<u>45.196</u>	<u>(27.324)</u>	<u>32.548</u>	<u>669</u>
Resultado por Ações Ordinárias em Reais - R\$	26.2	<u>0,0064</u>	<u>(0,0038)</u>	<u>0,0046</u>	<u>0,0001</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

VPOR TS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações condensadas do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	30/06/2024	30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período		<u>45.196</u>	<u>(27.324)</u>	<u>32.547</u>	<u>669</u>
Outros resultados abrangentes	26.3	<u>17.500</u>	<u>(9.933)</u>	<u>4.486</u>	<u>(8.379)</u>
Resultado Abrangente Total do Período		<u><u>62.696</u></u>	<u><u>(37.257)</u></u>	<u><u>37.033</u></u>	<u><u>(7.710)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022		568.568	17.204	(111.563)	474.209
Outros Resultados Abrangentes		-	(9.933)	-	(9.933)
Aporte de Capital		53	-	-	53
Prejuízo do Período		-	-	(27.324)	(27.324)
Saldos em 30 de junho de 2023		568.621	7.271	(138.887)	437.005
Saldos em 1º de janeiro de 2023		568.621	7.228	(103.233)	472.616
Outros Resultados Abrangentes	26.3	-	10.272	-	10.272
Aporte de Capital		-	-	-	-
Lucro líquido do Período	26.2	-	-	45.196	45.196
Saldos em 30 de junho de 2024		568.621	17.500	(58.037)	528.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixas Períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	45.196	(27.324)
Ajustes do exercício		
Ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação E Amortização	12.799	10.419
Baixas de Imobilizado e Intangível	39	140
Provisão para Processos Judiciais	(20.691)	3.712
Provisão/Reversão para Perda de Crédito Estimada	(39)	(65)
Imposto de Renda E Contribuição Social Diferidos	13.700	(10.584)
Imposto de Renda Corrente	8.132	-
Adiantamento Clientes - Arrendamento	(1.000)	(1.000)
Juros Sobre Arrendamento Mercantil	175	250
Juros Sobre Portus E Plano De Pensão	2.624	3.469
Juros Sobre Depósitos Judiciais	(633)	(1.242)
Juros Complemento De Aposentadoria	505	571
Obrigações Com Poder Concedente	23.461	21.133
Lucro Ajustado	84.268	(521)
Variações Nas Contas de Ativos E Passivos		
Contas a Receber De Clientes	(14.424)	(4.664)
Créditos Negociados Com Os Clientes	-	3.009
Estoques	435	(2)
Tributos a Recuperar	(9.137)	(6.452)
Despesas Antecipadas	5.886	1.726
Depósitos Judiciais	8.550	12.819
Outros Créditos	(2.475)	3.304
Fornecedores	5.756	1.957
Obrigações Tributárias	2.419	3.744
Salários E Encargos	(3.572)	(3.312)
Adiantamentos De Clientes - Contas A Receber	2.588	4.737
Obrigações Com Poder Concedente	(21.919)	-
Pagamento Portus	(5.705)	(5.683)
Pagamento de Plano de Pensão	(879)	(785)
Pagamento Processos Judiciais	-	(5.366)
Outras Contas A Pagar	(886)	3.290
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais	50.905	7.801
Pagamento de IRPJ e CSLL	(4.868)	(1.431)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais Após Juros E Impostos	46.037	6.370
Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimento		
Imobilizado E Intangível	(84.985)	(4.957)
Caixa Líquido Aplicado Nas Atividades De Investimentos	(84.985)	(4.957)
Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento		
Pagamento De Arrendamento	(303)	(456)
Aumento De Capital	-	53
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(303)	(403)
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(39.251)	1.010
Caixa no Início do Exercício	162.686	82.642
Caixa no Final do Exercício	123.435	83.652
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(39.251)	1.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

VPOR TS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações condensadas do valor adicionado

Períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita		
Receita Da Operação Portuária	81.571	63.046
Receita De Arrendamentos	69.959	58.390
Vendas Canceladas	-	(254)
Perdas Estimadas Com Crédito De Liquidação Duvidosa	100	65
Receita de Construção	76.570	-
Outras Receitas	185	4.908
	<u>228.385</u>	<u>126.155</u>
Insumos Adquiridos De Terceiros		
Custos Serviços Prestados	(120.406)	(34.003)
Depreciação/Amortização	(12.305)	-
Materiais, Água, Energia, Serviços De Terceiros e outros	(15.554)	(16.002)
	<u>(148.265)</u>	<u>(50.005)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>80.120</u>	<u>76.150</u>
Retenções		
Depreciação/Amortização	(494)	(10.403)
Valor Adicionado Produzido Pela Entidade	<u>79.626</u>	<u>65.747</u>
Valor Adicionado Recebido Em Transferência		
Receitas Financeiras	10.490	8.794
Outras Receitas e Despesas (Reversões/Provisões)	22.241	-
Valor Adicionado A Distribuir	<u>112.357</u>	<u>74.541</u>
Distribuição Do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	10.111	47.047
Benefícios a Empregados	3.170	18.674
Honorários De Conselhos	663	670
FGTS	528	13.190
Tributos		
Federais	37.540	6.811
Estaduais E Municipais	2.539	2.512
Juros E Variações Monetárias	12.121	12.685
Aluguéis	489	276
Remuneração De Capital Próprio		
Lucro (Prejuízo) Do Período	45.196	(27.324)
Valor Adicionado Distribuído	<u>112.357</u>	<u>74.541</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A., anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 (“Contrato de concessão”), e Edital nº 01/2022 – PPI/PND (“Edital”).

1.1 A alteração do controle acionário da Companhia

As ações antes de propriedade da União Federal e dos Estado do Espírito Santo foram compradas pela Holding Vports em setembro de 2022. Na ocasião, 10% das ações da união foram reservadas para oferta aos empregados e aposentados, conforme previsto no Edital do Leilão nº 01/2022.

A sobra de ações não adquiridas pelos empregados e aposentados foi adquirida pela Holding Vports que, hoje, detém 99,54% das ações da Companhia.

1.2 Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre a União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

A emissão dessa demonstração financeira foi autorizada pela Administração da Companhia, em 09 de agosto de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediária condensadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3 Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	1.905	1.008
Operações compromissadas (a)	<u>121.530</u>	<u>161.678</u>
Total	<u>123.435</u>	<u>162.686</u>

- (a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

4 Contas a receber e adiantamentos de clientes

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Faturas a receber de clientes	35.231	20.669
Provisão Para Perda de Créditos Estimada	<u>(6.455)</u>	<u>(6.356)</u>
Contas a receber	<u>28.776</u>	<u>14.313</u>
Adiantamentos de clientes (passivo)	<u>(3.377)</u>	<u>(789)</u>

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito à incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PCE na Companhia é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos e a vencer com base matriz de provisão elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS 9).

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 30 de junho de 2024, respectivamente, a movimentação de adiantamentos de clientes deve-se principalmente às tarifas portuárias que são adiantadas para uso da infraestrutura portuária.

A movimentação na provisão para perda de créditos estimado está sumarizada a seguir:

Descrição:	Valor
Saldos em 1º de janeiro de 2023	<u>(8.807)</u>
Constituição por estimativa	(3)
Reversão	<u>78</u>
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>(9.319)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	<u>(6.356)</u>
Constituição por estimativa	(99)
Reversão	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2024	<u>(6.455)</u>

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição:	30/06/2024		31/12/2023	
	Cientes	PECLD	Cientes	PECLD
A vencer	25.129	-	10.545	(13)
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	368	-	748	(9)
De 31 a 60 dias	15	-	-	-
De 61 a 180 dias	343	-	64	(21)
De 181 a 365 dias	64	-	76	-
Mais de 365 dias	9.312	(6.455)	9.236	(6.313)
Total	35.231	(6.455)	20.669	(6.356)

5 Créditos negociados com clientes

	30/06/2024	31/12/2023
Títulos a receber de clientes	12.484	12.484
Provisão Para Perda de Crédito Estimada	(12.484)	(12.484)
Total de contas a receber	-	-

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Cientes	PECLD	Cientes	PECLD
A vencer	-	-	-	-
Títulos vencidos:				
Mais de 365 dias	12.484	(12.484)	12.484	(12.484)
Total	12.484	(12.484)	12.484	(12.484)

6 Tributos a recuperar

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	9.980	2.829
CSLL a compensar	3.864	1.755
INSS retido a compensar	-	216
PIS a compensar	516	503
COFINS a compensar	3.129	3.049
Total	17.489	8.352

7 Despesas antecipadas

Descrição:	30/06//2024	31/12/2023
Licença de <i>software</i>	14	50
Seguros responsabilidade civil adm. (b)	146	277
Seguros bens móveis e imóveis (b)	786	2.881
Dragagem de manutenção (a)	-	3.717
Seguro garantia concessão (b)	17	63
Seguro garantia judicial	201	221
Outras Despesas	159	-
Total	1.323	7.209

- (a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram reclassificados para imobilizado. Conforme o CPC 27 – Imobilizado, os gastos de manutenção de um ativo que possuem vida útil maior que um ano devem ser lançados no Ativo Imobilizado da Companhia e depreciados de acordo com a vida útil que se espera, para a dragagem o seu tempo de vida útil é de dois anos. A adição desse custo de dragagem pode ser vista na movimentação da Nota Explicativa nº 12;
- (b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão.

8 Outros créditos

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamento a funcionários	145	235
Assistência médica a recuperar	-	42
Adiantamento a fornecedor	3.347	695
Total	3.492	972

9 Depósitos judiciais

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhista	14.600	22.627
Cível/Tributário	3.320	3.210
Total	17.920	25.837

A seguir abertura da movimentação dos saldos judiciais no período:

Descrição	Trabalhista	Cível Tributário	Total
Saldo em 01/01/2024	22.627	3.210	25.837
Depósitos/Bloqueio	3.183	-	3.183
Atualização	523	110	633
Saque	(4.462)	-	(4.462)
Resgate	(7.271)	-	(7.271)
Saldo em 30/06/2024	14.600	3.320	17.920

Descrição	Trabalhista	Recursal	Cível Tributário	Total
Saldo em 01/01/2023	33.277	3.739	10.569	47.585
Depósitos/Bloqueio	1.645	415	4	2.064
Atualização	1.180	18	44	1.242
Saque	(6.341)	-	(141)	(6.482)
Resgate	(8.433)	(183)	(4)	(8.620)
Ajuste Saldo/Transferência	1.964	1.799	(3.544)	(219)
Saldo em 30/06/2023	23.292	5.788	6.928	36.008

Os saques são oriundos de pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

10 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	67.028	(37.908)
II - Impostos Diferidos acumulados	-	-
III - Base de Cálculo.	67.028	(37.909)
IV - IRPJ e CSLL a alíquota nominal - 34%	22.790	(12.889)
V- Efeitos das adições permanentes	878	2.424
VI- Efeitos das exclusões permanentes	(103)	(119)
VII – Benefício Fiscal Sudene	(674)	-
VIII – Outras movimentações	(1.059)	-
IX - Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	21.832	10.584
X - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados	(21.832)	10.584
Alíquota efetiva	32,57%	27,92%
IRPJ e CSLL Correntes	(8.132)	-
IRPJ e CSLL Diferidos	(13.700)	(10.584)
Total	(21.832)	(10.584)

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 30 de junho de 2024, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

30/06/2024	31/12/2023
------------	------------

Ativo	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL	<u>21.550</u>	<u>8.389</u>	<u>29.939</u>	<u>24.111</u>	<u>9.310</u>	<u>33.421</u>
Diferenças Temporárias:						
Provisão Para Perdas De Créditos	3.384	1.218	4.602	3.409	1.227	4.636
Provisão Provável para Processo Judicial	7.717	2.779	10.496	12.890	4.640	17.530
Outras	1.682	605	2.287	4.397	1.039	5.436
Subtotal	<u>12.783</u>	<u>4.602</u>	<u>17.385</u>	<u>20.696</u>	<u>6.906</u>	<u>27.602</u>
Total	<u>34.333</u>	<u>12.991</u>	<u>47.324</u>	<u>44.807</u>	<u>16.216</u>	<u>61.023</u>

11 Outros créditos não circulantes

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Créditos a recuperar (b)	1.638	1.590
Despesas antecipadas (a)	<u>319</u>	<u>412</u>
Total	<u>1.957</u>	<u>2.002</u>

(a) Trata-se de seguro-garantia judicial.

(a) O saldo refere-se principalmente ao Convênio SEP, conforme saldo apresentado no passivo da Nota Explicativa nº 25.

12 Imobilizado

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	30 de junho de 2024		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Obras Cíveis	2	3.718	(3.718)	-
Instalações	10	17.944	(3.401)	14.543
Veículos	5	433	(347)	86
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.000	(8.931)	69
Equipamentos de informática	20	5.177	(978)	4.199
Móveis e utensílios	10	803	(385)	418
Direito de uso de ativo	10 a 35	5.065	(1.950)	3.115
Imobilizações em andamento	-	14.689	-	14.689
		56.829	(19.710)	37.119

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2023		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Instalações	10	17.456	(3.132)	14.324
Veículos	5	433	(311)	122
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.002	(8.931)	71
Equipamentos de informática	20	4.739	(619)	4.120
Móveis e utensílios	10	784	(385)	399
Direito de uso de ativo	10 a 35	5.065	(1.800)	3.265
Imobilizações em andamento	-	9.410	-	9.410
		46.889	(15.178)	31.711

12.1 Movimentação do Imobilizado

Descrição:	31 de dezembro de 2023		30 de junho de 2024	
	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Depreciação
Obras Cíveis	-	-	-	(3.718)
Instalações	14.324	(17)	5	(379)
Veículos	122	-	-	(36)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	71	(1)	-	(1)
Equipamentos de informática	4.120	(13)	-	(379)
Móveis e utensílios	399	(8)	-	(24)
Direito de uso de ativo	3.265	-	-	(150)
Imobilizações em andamento	9.410	-	-	-
	10.129	(39)	5	(4.687)
	31.711			37.119

Descrição:	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2023	
	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Depreciação
Instalações	145	(9)	-	(757)
Veículos	13.868	(5)	-	(91)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	218	-	1.077	(1)
Equipamentos de informática	4	-	-	(338)
Móveis e utensílios	231	(38)	-	(43)
Direito de uso de ativo	157	-	(1.727)	(365)
Imobilizações em andamento	5.357	-	(150)	-
	27.144	(52)	(15.622)	(1.595)
	46.979			31.711

13 Intangível

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	30 de junho de 2024		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	186	(22)	164
Marcas e patentes		296	-	296
Bens anteriores a concessão	35	1.322	(1.320)	2
Outorga fixa	35	148.394	(7.420)	140.974
Outorga à vista	35	106.000	(5.300)	100.700
Ativos da concessão	35	368.940	(17.921)	351.019
Investimentos em andamento		87.548	-	87.548
		712.686	(31.983)	680.703

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2023		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	111	(10)	101
Marcas e Patentes		296	-	296
Bens Anteriores a Concessão	35	1.320	(1.320)	-
Outorga Fixa	35	148.394	(5.299)	143.095
Outorga à vista	35	106.000	(3.786)	102.214
Ativos da Concessão	35	367.850	(12.555)	355.295
Investimentos em Andamento		13.864	-	13.864
		637.835	(22.970)	614.865

13.1 Movimentação do intangível

Descrição:	31 de dezembro de 2023	Aquisições (b)	Reclassificações	Transferências	Amortização	30 de junho de 2024
<i>Software</i>	101	75	-	-	(12)	164
Marcas e Patentes	296	-	-	-	-	296
Bens Anteriores a Concessão	-	2	-	-	-	2
Outorga Fixa	143.095	-	-	-	(2.121)	140.974
Outorga à vista	102.214	-	-	-	(1.514)	100.700
Ativos da Concessão	355.295	1.095	(5)	-	(5.366)	351.019
Investimentos em Andamento	13.864	73.684	-	-	-	87.548
	614.865	74.856	(5)	-	(9.013)	680.703
Descrição:	31 de dezembro de 2022	Aquisições	Reclassificações	Transferências (a)	Amortização	31 de dezembro de 2023
<i>Software</i>	-	111	-	-	(10)	101
Marcas e patentes	-	296	-	-	-	296
Outorga fixa	258.143	-	(111.606)	-	(3.442)	143.095
Outorga à vista	105.243	-	-	-	(3.029)	102.214
Ativos da concessão	347.212	4.133	35	14.035	(10.120)	355.295
Investimentos em andamento	-	12.644	(367)	1.587	-	13.864
	710.599	17.184	(111.938)	15.622	(16.601)	614.865

- (a) O valor de R\$ 15.622 em 31 de dezembro de 2023 classificado como “transferência”, na presente nota, e nota de imobilizado (Nota Explicativa nº 12) refere-se à finalização de obra da Cadeia Logística Portuária Integrada que ainda estava em andamento antes da privatização e naquele momento, era então ativo imobilizado, após sua conclusão passou a ser reconhecido no ativo intangível por se tratar de um bem reversível conforme o ICPC 01 (R1).
- (b) Até o dia 30 de junho de 2024 ocorreu uma adição na classe de investimento em andamento no valor de R\$ 73.684 que se referem principalmente ao calendário de obras previstas no conforme o contrato de concessão, entre elas se destacam a reforma dos armazéns do Cais Comercial em Vitória, e os projetos de reforma da Pêra ferroviária de Capuaba em Vila Velha.

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão e, dessa forma, serão amortizados até o final do contrato.

O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados sendo assim não havendo modificações em prazos de depreciação. Todos os bens intangíveis relacionados à concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

14 Fornecedores

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços	22.824	17.441
Fornecedores de material	1.460	1.087
Total	24.284	18.528

15 Obrigações tributárias

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
COFINS a recolher	2.386	2.404
PIS a recolher	515	518
ICMS a recolher	137	-
ISS a recolher	1.123	641
IRPJ/CSLL a recolher	8.132	3.948
Total	12.293	7.511

16 Salários e encargos

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Salários, férias e outras gratificações	6.718	10.218
INSS a recolher	548	510
FGTS a recolher	107	109
IRRF sobre a folha de pagamento	353	453
Outras obrigações trabalhistas	416	424
Total	8.142	11.714

17 Arrendamento mercantil

Arrendament o (passivo)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 30/06/2024
Imóveis	3.770	-	175	-	(303)	3.642
Circulante	261	140	175	-	(303)	273
Não Circulante	3.509	(140)	-	-	-	3.369

Arrendament o (passivo)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 30/06/2023
Imóveis	5.790	132	250	(1.323)	(456)	4.393
Circulante	493	-	-	-	Circulante	382
Não Circulante	5.297	-	-	-	Não circulante	4.011

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 9,92%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde está a sede administrativa da Companhia e ao aluguel de uma área onde se encontra instalada uma torre integrante do sistema VTMIS.

Em 30 de junho de 2024, o saldo do não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	133	287	315	2.907

18 Adiantamento arrendamento cliente

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos não circulante	17.000	18.000
Total	19.000	20.000

Valor recebido antecipadamente referente ao contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 2 de fevereiro de 2008 a 30 de setembro de 2033, que visa a atender ao Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural (PLANGÁS), instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo nº 3453/2007.

19 Termo de compromisso financeiro – Portus

Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC	30/06/2024	31/12/2023
Circulante	10.713	9.712
Não circulante	<u>72.091</u>	<u>74.596</u>
Total	<u>82.804</u>	<u>84.308</u>

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro (TCF) com o PORTUS, no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar, denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja primeira parcela foi paga em julho de 2020 e a última está prevista para junho de 2035;
- Sistema Price de amortização;
- Atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir, a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

Descrição:	Valor (R\$)
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2023	<u>84.308</u>
(+) Juros	2.624
(-) Pagamentos	(5.705)
(+/-) Atualização/Ajustes	<u>1.577</u>
Saldo do TCF em 30 de junho de 2024	<u>82.804</u>

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa prefixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário provável II (+25%)</u>	<u>Cenário provável III (+50%)</u>	<u>Cenário provável II (-25%)</u>	<u>Cenário provável III (-50%)</u>
Passivos Financeiros							
Empréstimos e Financiamentos	INPC	84.804	3.064	3.830	4.596	2.298	1.532

20 Obrigações com o poder concedente

20.1 Curto prazo

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Outorga variável	11.365	21.919
Terreno Greenfield	849	1.578
Total	12.214	23.497

20.1.1 *Outorga variável*

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em Reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento, o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do exercício, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

20.1.2 *Obrigação sobre terreno Greenfield de Barra do Riacho*

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno Greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente, caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente à obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

20.2 Longo prazo

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Outorga Fixa	618.850	618.850
Ajuste a Valor Presente	(470.456)	(470.456)
Atualização IPCA	42.090	29.265
Total	190.484	177.659

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota Explicativa nº 13, e o Passivo, conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia 5 de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

21 Benefício pós-emprego

A Companhia contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e complemento de aposentadoria:

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Complementação aposentadoria	1.680	1.676
Total curto prazo	1.680	1.676
Complementação aposentadoria PORTUS (a)	9.378 22.616	10.012 34.208
Total longo prazo	31.994	44.220

- (a) O valor relativo à rubrica PORTUS corresponde às métricas que foram amplamente descritas na Nota Explicativa nº 19, e, em termos gerais, representa saldo inerente do acordo firmado com o Instituto Portus de Previdência com o objetivo de equalizar o déficit, o valor apresentado nesta nota explicativa é relativo ao saldo atuarial do PORTUS que é atualizado trimestralmente.

21.1 PORTUS

Saldo plano pensão Portus	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	34.208	25.624
Ajustes cálculo atuarial no período	(1.577)	(1.049)
Ajuste ORA	(10.015)	9.633
Saldo final	26.616	34.208

21.2 Complemento de aposentadoria

Saldo complemento de aposentadoria	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial:	11.688	11.943
Benefícios pagos	(288)	(1.548)
Ajustes cálculo atuarial no período	53	950
Ajuste ORA	21	343
Saldo final	11.474	11.688

22 Direito de outorga cedido

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Direito de outorga cedido – circulante	33.183	30.867
Direito de outorga cedido - não circulante	<u>30.148</u>	<u>28.044</u>
Total	<u>63.331</u>	<u>58.911</u>

A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidado em cinco anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das três parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado e a receita contratual remanescente, levados a resultado nos 3 anos devidos de cada parcela.

Os valores apresentados na presente nota são idênticos em ativos e passivos, pois ao mesmo tempo em que a Companhia tem o direito do recebimento dos valores, ela tem a obrigação decorrente do compromisso do contrato e suas particularidades de acordo com sua vigência.

23 Outras contas a pagar

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Credores diversos	20	414
Credores depósitos caucionados	-	58
Provisão de bônus a colaboradores (a)	2.309	3.285
Depósitos e consignações	1.214	597
Assistência médica	<u>103</u>	<u>230</u>
Total	<u>3.646</u>	<u>4.584</u>

- (a) A realização do desembolso da provisão de bônus a colaboradores referente ao exercício de 2023 realizou-se no 1º trimestre de 2024. O novo montante refere-se à provisão do exercício de 2024.

24 Provisão para processos judiciais

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia as ações em que a Vports (anteriormente CODESA) é ré, são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância, e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

a. Provisões para demandas judiciais classificadas como perdas prováveis

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Provisão Provável para processos Judiciais:		
Processos trabalhistas	25.780	26.843
Processos cíveis	5.089	24.717
	30.869	51.560
Total	30.869	51.560

Até 30 de junho de 2024, as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para processos judiciais prováveis:

Descrição:	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.147	34.689	5.570	65.406
Complemento de provisão	3.310	35	367	11.975
Pagamentos/baixas de alvarás	(5.352)	(14)	-	(5.366)
Transferência de saldos	-	(12.736)	12.736	-
Saldos em 30 de junho de 2023	23.105	21.974	18.673	63.752
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.843	24.717	-	51.560
Complemento de provisão	5.882	521	-	6.403
(-) Reversões de provisões (a)	(6.945)	(20.149)	-	(27.094)
Saldos em 30 de junho de 2024	25.780	5.089	-	30.869

- (a) Após julgamento da apelação interposta pela Vports contra a sentença de primeiro grau, o TJES deu parcial provimento à apelação da Vports limitando a ação da TA Oil até certo período. Sendo assim, o valor provável que tínhamos provisionado até o julgamento da apelação, que era de aproximadamente R\$ 23MM, foi reduzido para R\$ 3,1MM, após a estabilização do referido acórdão no TJES, revertendo em R\$ 20MM o valor da provisão provável.

b. Processos judiciais classificadas como perdas possíveis

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Processos Judiciais Possíveis:		
Processos trabalhistas	54.815	60.440
processos cíveis	106.218	117.586
Processos tributários	8.469	8.469
	169.502	186.495
Total	169.502	186.495

Entre os principais processos classificados como perdas possíveis podemos destacar:

- T.A. Oil, no valor de R\$ 29.901, referente à multa processual.
- Hiper Export, no valor de R\$ 20.222, pelo qual a empresa pede declaração de propriedade sobre alguns armazéns na área em que atuava.

25 Outras contas a pagar não circulante

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
------------	------------	------------

Obrigações Convênios	7.027	6.975
Total	7.027	6.975

26 Patrimônio líquido

26.1 Capital social

Descrição:	30/06/2024	31/12/2023
Capital social	568.621	568.621
Ações ordinária	7.066.362.882	7.066.362.882

26.2 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
(Prejuízo) Lucro líquido	45.196	(27.324)	32.548	669
Ações Ordinária	7.066.362.882	7.066.362.882	7.066.362.882	7.066.362.882
Resultado básico/ diluído por Ações em Reais R\$	0,0064	(0,0038)	0,0046	0,0001

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou em 30 de junho de 2024 um ganho líquido de R\$ 10.272 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023 referente ao compartilhamento de riscos, encerrando assim o período de 2024 no valor de R\$ 17.500.

26.4 Prejuízos acumulados

O encerramento do período em 30 de junho de 2024, resultou em um prejuízo acumulado de R\$ 58.037, resultado com redução de R\$ 45.196 em relação ao valor apresentado em 31 de dezembro de 2023.

27 Receita operacional líquida

O saldo da receita nos período findos em 30 junho de 2024 e 2023 está apresentado a seguir:

Descrição:	30/06/2024	30/06/2023
Receitas com serviços portuários	81.571	63.046
Receitas com arrendamentos	69.959	58.390
Impostos sobre vendas e serviços	(16.551)	(12.802)
Cancelamentos e devoluções	-	(254)
Receita de construção	76.570	-
Receita operacional líquida	211.549	108.380

28 Custos e despesas por natureza

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Gerais e Administrativas:		
Despesas com Pessoal	(15.951)	(17.679)
Serviços de terceiros	(7.929)	(7.994)
Depreciações e Amortizações	(495)	(211)
Materiais	(172)	(48)
Seguros	(215)	(88)
Energia, Água e Outras Utilidades	(191)	(302)
Despesas Judiciais	(61)	(6.591)
Multas	(105)	(619)
Despesas Com Viagens	(377)	(252)
Despesas Tributárias	(158)	(1.092)
Outras Despesas	(2.152)	(1.857)
Total	(27.806)	(36.733)
Custo dos Serviços Prestados:		
Custo com Pessoal	(7.909)	(12.915)
Serviços de Terceiros	(9.725)	(13.517)
Amortizações Concessão	(3.634)	(5.229)
Depreciações e Amortizações	(8.671)	(4.963)
Materiais	(299)	(213)
Seguros	(2.274)	(1.789)
Obrigações da Concessão	(22.329)	(19.491)
Energia, Água e Outras Utilidades	(706)	(1.038)
Custo de Construção	(76.570)	-
Outros Custos	(594)	(35)
Total	(132.711)	(59.190)

29 Outras receitas e despesas líquidas

Descrição:	30/06/2024	30/06/2023
Provisões para riscos	(4.462)	(3.721)
Perda de Crédito Estimada	100	65
Provisão bônus	(2.309)	(3.000)
Provisão energia elétrica	-	(307)
PDIV (a)	480	(51.408)
Reversão Provisão para Processos Judiciais (c)	22.254	5.375
Reversão provisão plano de pensão	880	785
Outras despesas e receitas operacionais	683	5.737
Total	17.626	(46.474)

- (b) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa a estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de incentivos à demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do art. 477-B da CLT e da decisão proferida no RE nº 590415 do STF (Tema 152) ressalvando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10 de janeiro de 2023.

Puderam participar desse programa todos os empregados com vínculo ativo em 5 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa teve sua finalização no dia 31 de julho de 2023.

Durante o exercício de 2023, ocorreram os desligamentos dos funcionários que optaram pela adesão ao PDIV. A primeira turma desligou-se da Companhia no mês de fevereiro de 2023 e os demais desligamentos ocorreram até setembro de 2023.

O pagamento das verbas indenizatórias pode ser observado no grupo de Outras Despesas.

- (c) Dentre o valor de saldo apresentado na rubrica de reversão de provisão para processos judiciais, a composição majoritária se deve a reversão na classificação de saldos de processos judiciais, saindo do risco provável e migrando para classes de possível, remoto ou podendo haver encerramento jurídica.

30 Resultado financeiro

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Receitas Financeiras:		
Varição Monetária Ativa	2.340	3.008
Rendimentos Com Aplicações Financeiras	7.898	5.234
Juros Ativos	209	540
Descontos Obtidos	43	2
Outras Receitas Financeiras (Juros E Atual. S/ Dep. Judiciais)	-	10
Total	10.490	8.794
Despesas financeiras:		
Varição monetária passiva	(11.309)	(11.863)
Despesas bancárias	(18)	(30)
Juros sobre empréstimos	(87)	(97)
Juros passivos	(144)	(245)
Outras despesas financeiras	(562)	(450)
Total	(12.120)	(12.685)

31 Instrumentos financeiros

31.1 Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes caixa	123.435	162.686
Contas a receber	28.776	14.313
Créditos negociados com clientes	-	-
Depósitos Judiciais	17.920	25.837
Total	170.131	202.836
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	24.284	18.528
Passivo de Arrendamentos	3.642	3.770
Outras Contas a pagar	10.673	4.584
Obrigações com o poder Concedente	202.698	201.156
Total	241.297	228.038

Abaixo segue fluxo de caixa contratual dos passivos financeiros:

Descrição	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Fluxo de caixa contratual:				
Fornecedores	24.284	-	-	-
Passivo de Arrendamentos	133	287	315	2.907
Outras Contas a Pagar	315	2.725	364	7.269
Obrigações com o Poder Concedente	-	24.428	23.497	154.773
Total	24.732	27.440	24.176	164.949

31.2 Categorias de instrumentos financeiros

31.2.1 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações

financeiras intermediárias condensadas pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

31.2.2 *Exposição de juros e análise de sensibilidade*

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do 6º ano até o 30º ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia 5 de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

31.2.3 *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros*

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Saldos patrimoniais							
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	100,3% CDI	123.435	12.876	16.095	19.314	9.657	6.438
Passivos financeiros							
Obrigações com o poder concedente	IPCA	190.484	8.057	10.072	12.086	6.043	4.029

31.3 **Transações com partes relacionadas**

31.3.1 *Remuneração do pessoal-chave da administração*

O pessoal-chave da Administração inclui a Diretoria Administrativa juntamente com Conselho Administrativo. A remuneração do período foi de R\$ 4.028.

Gustavo Serrão Chaves
Diretor-presidente

Angelo Santana Garcia Junior
Diretor Financeiro e RI

Scheslei Wagemacker
Gerente de Contabilidade
CRC-ES: 019.459/O-4